

saúde

Dinheiro repassado a estados parou em falta de coordenação

Verba federal permitiu reforçar gastos em saúde, mas desigualmente, diz estudo

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A falta de coordenação entre o governo federal e os estados no enfrentamento da pandemia de Covid-19 impediu o aproveitamento de grande parte dos recursos repassados em caráter emergencial aos governos locais, de acordo com um estudo acadêmico sobre o uso do dinheiro.

Produzido por integrantes da Rede de Pesquisa Solidária, o trabalho mostra que o socorro federal foi mais do que suficiente para cobrir perdas sofridas pelos estados com a retração econômica, mas ainda assim só uma parcela foi usada para custear as demandas crescentes do sistema público de saúde.

Segundo o levantamento, os recursos extras permitiram que os gastos dos estados com saúde aumentassem no ano passado 11% em termos reais, descontada a inflação. Mas esse aumento foi desigual, e dois estados, Goiás e Minas Gerais, até reduziram despesas na área, apesar do auxílio recebido.

“O socorro federal demorou a chegar e as incertezas sobre a pandemia e seu impacto econômico fizeram muitos governadores segurarem o dinheiro”, afirma a economista Ursula Dias Peres, da USP (Universidade de São Paulo), uma das autoras do estudo. “Isso poderia ter sido evitado com ações conjuntas.”

Várias medidas de apoio financeiro a estados e municípios foram tomadas por iniciativa do governo federal e do Congresso no ano passado, incluindo transferências diretas para compensar perdas de arrecadação, repasses dirigidos à área de saúde e suspensão do pagamento de dívidas com a União.

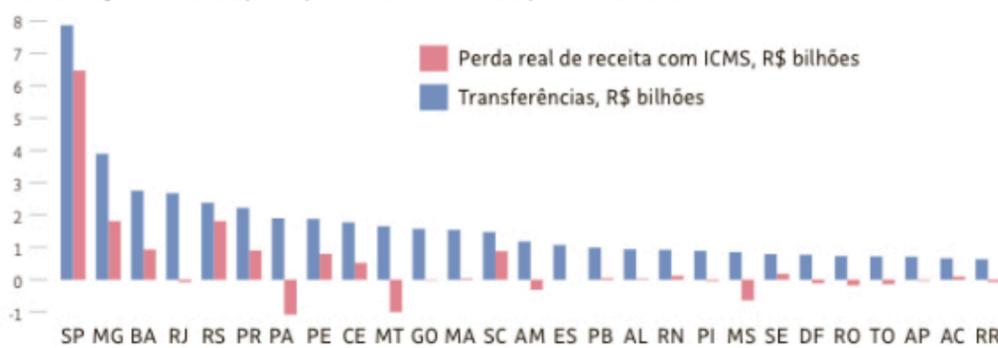
Em seu conjunto, essas providências representaram uma ajuda de R\$ 88 bilhões para os governos estaduais, se for incluída na conta a economia no pagamento das dívidas, que teve que ser retomado em janeiro. A maior parte das transferências foi feita em quatro parcelas, de junho a setembro.

Os repasses de caráter emergencial se somaram às transferências que a União já faz habitualmente, por determinação da Constituição, para repartir recursos com estados e municípios. Eles permitiram que os estados tivessem à sua disposição no ano passado receitas 2,4% superiores às de 2019.

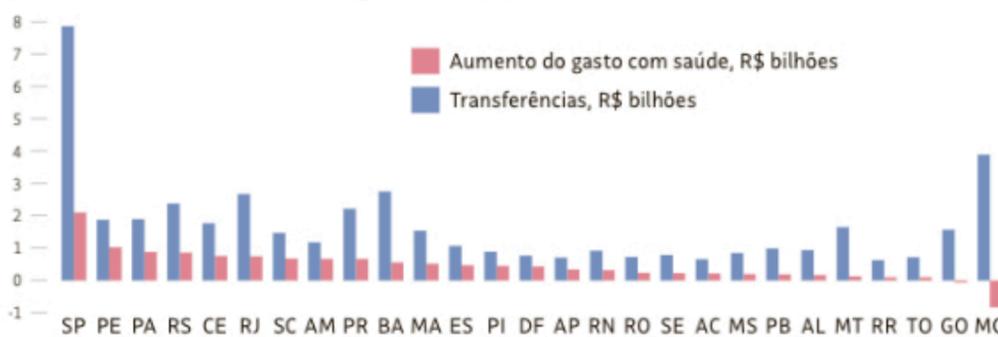
Com a retração da atividade econômica, a maioria dos governadores sofreu perdas na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercad-

O impacto do socorro financeiro e os gastos dos estados com saúde e educação

Para a maioria dos governadores, o auxílio financeiro do governo federal foi mais do que suficiente para cobrir perdas na arrecadação do ICMS, principal tributo recolhido pelos estados



Quase todos aumentaram os gastos com saúde no ano passado, mas a maior parte do auxílio federal chegou tarde e foi usado para outras finalidades, ou ficou guardado no caixa dos estados



Com escolas e universidades fechadas, os gastos com educação diminuíram em toda parte, mas a queda foi maior do que as perdas de receita, um indício de falta de planejamento

Redução de gastos com educação, em %
Variação da receita com ICMS em 2020, em %

Fonte: Rede de Pesquisa Solidária, com dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), do Tesouro Nacional

rias e Serviços), principal fonte de receita própria dos estados, mas o prejuízo acabou sendo menor do que o previsto nos primeiros meses da pandemia.

O auxílio emergencial pago pelo governo a trabalhadores atingidos pela crise, que sustentou o consumo e alguma recuperação econômica no fim do ano, contribuiu para evitar perdas maiores. Somados os 26 estados

e o Distrito Federal, a arrecadação de ICMS caiu 2,4% em 2020, descontada a inflação.

Nos cálculos dos pesquisadores, o aumento de gastos dos estados com saúde representou uma injeção de R\$ 12 bilhões no sistema público ao longo do ano passado, equivalente a 27% dos R\$ 45 bilhões em transferências recebidas de Brasília, sem contar a suspensão do pagamento das dívidas.

Isso significa que a maior parte dos recursos foi usada para financiar outras atividades. De acordo com os boletins financeiros analisados pelos pesquisadores, também houve aumentos expressivos nos gastos dos estados com aposentadorias e pensões de servidores públicos e assistência social.

São Paulo, por exemplo, perdeu R\$ 6,5 bilhões na arrecada-

ção do ICMS, recebeu R\$ 7,8 bilhões em auxílios do governo e aumentou em R\$ 2 bilhões suas despesas com saúde. Ou seja, a maior parte das transferências foi usada para manter outras políticas estaduais, não para enfrentar a pandemia.

Um padrão semelhante foi identificado pelo estudo mesmo em estados que tiveram aumento de receitas próprias no ano passado, como os do Centro-Oeste. Na maioria dos estados, o aumento de gastos com saúde foi equivalente a menos da metade do valor dos repasses emergenciais da União.

“Sem planejamento e coordenação, é difícil aumentar despesas e oferecer novos serviços no setor público”, afirma Fabio Pereira, técnico da Câmara Municipal de São Paulo que participou do estudo da Rede de Pesquisa Solidária. “Leva meses para pôr um projeto novo de pé, ainda mais no fim do ano.”

Incertezas sobre a economia também contribuíram para a conservadorismo dos estados, dizem os pesquisadores, porque só no últimos meses do ano ficou evidente o efeito do auxílio emergencial para sustentar o consumo e a arrecadação dos estados, contrariando as previsões pessimistas anteriores.

Os gastos dos estados com educação caíram 9% no ano passado. Com escolas fechadas por causa da pandemia, era esperado que isso acontecesse, mas os pesquisadores observam que os estados também deixaram de investir em recursos para ensino remoto e no preparo para retomar aulas presenciais.

Mesmo estados que tiveram ganhos na arrecadação de receitas próprias reduziram suas despesas com educação. “Houve falha de planejamento, e a ausência de coordenação federal também pesou”, diz Peres. “A falta de estratégia compromete a retomada das atividades de ensino com segurança.”

Nas últimas semanas, com o aumento acelerado de novos casos de infecções e mortes por Covid-19, os estados passaram a defender medidas mais rigorosas de distanciamento social para evitar o colapso do sistema de saúde pública e voltaram a pressionar o governo federal a mobilizar recursos.

No domingo (28), o presidente Jair Bolsonaro divulgou no Twitter valores de repasses federais aos estados, sem discriminar transferências obrigatórias e verbas de caráter emergencial. Governadores reagiram à provocação com críticas à atitude do presidente e às distorções na apresentação dos dados.

Estados e municípios, que também receberam socorro federal no ano passado, chegaram ao fim do ano com R\$ 83 bilhões em caixa, o dobro do saldo verificado no ano anterior, segundo o Banco Central. A maior parte desse dinheiro estava com os estados, que tiveram sobra de R\$ 72 bilhões.

Isso mostra que os governadores entraram neste ano com uma situação financeira mais confortável, mas os pesquisadores ressaltam que isso não significa que estejam preparados para lidar com o recrudescimento da pandemia, sem novas medidas e sem cooperação com outros níveis de governo.

“Não há perspectiva de novo socorro federal, e o auxílio emergencial dos trabalhadores, se for retomado, terá impacto menor do que no ano passado”, afirma Peres. “A situação é bem mais complicada agora, e por isso a coordenação de esforços será importante para o bom uso dos recursos disponíveis”.

‘Brasil tem que levar a sério’ a pandemia, afirma a OMS

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS “O Brasil tem que levar a sério” a pandemia de Covid-19, não só em benefício de sua própria população mas porque está prejudicando os países vizinhos, afirmou nesta sexta (5) o diretor-geral da OMS (Organização Mundial da Saúde), Tedros Adhanom Ghebreyesus.

“Se o Brasil não for sério, toda a América Latina será afetada. Seriedade é muito importante agora”, afirmou Ghebreyesus, que citou o fato de que o país está na contramão da maioria do mundo.

“Enquanto em muitos países os números estão decrescendo, no Brasil estão crescendo sem parar”, disse ele, citando uma alta semanal de 140 mil casos e 2.138 mortes, em novembro, para 374 mil casos e mais de 8.000 mortes agora.

Sem citar diretamente o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que nesta semana chamou a preocupação com a pandemia de “frescura” e “mimimi” e repetiu mais de uma vez que “lockdown não funciona”, o diretor-geral disse que o Brasil precisa adotar “medidas de agressivas de saúde pública e sociais” que contenham a transmissão do coronavírus, ao lado de uma campanha intensiva de vacinação.

Ghebreyesus classificou a situação da pandemia no Brasil como muito grave e se disse “muito preocupado” com os rumos da doença.

O diretor-executivo da OMS, Michael Ryan, também considerou crítica a situação do país “de norte a sul” e afirmou que “não é hora de relaxar”. “A chegada da vacina traz esperança, mas não devemos achar que o pior já passou. Isso só faz o vírus se espalhar mais”, disse ele.

Também sem citar nomes, o diretor-executivo disse que é preciso incentivar a adoção de restrições em vez de desvalorizá-las: “Temos que apoiar as comunidades que adotam medidas de cuidado e não criticar essas comunidades”.

Principais medidas de socorro aos estados para o enfrentamento da pandemia

